

## CAPÍTULO 5 - Regime Disciplinar

### CAPÍTULO V

#### Regime Disciplinar

##### Artigo 20.º

##### Sanções Disciplinares

Ao associado que, em consequência do seu comportamento, dá motivo a acção disciplinar podem ser aplicadas as seguintes sanções:

- a) Repreensão escrita;
- b) Suspensão temporária de direitos até 30 dias;
- c) Suspensão temporária de direitos de 31 dias até 24 meses;
- d) Expulsão.

Â

##### Artigo 21.º

##### Aplicação de sanções

1 ª - Incorre na suspensão de repreensão escrita o associado que, de forma injustificada, violar os deveres fixados no artigo 16.º.

2 ª - Incorre nas sanções previstas nas alíneas b), c) e d) do artigo anterior, consoante a gravidade da infracção, o associado que:

- a) Reincida na infracção prevista no nº anterior;
- b) Desrespeite as deliberações dos órgãos competentes tomadas democraticamente e de acordo com os presentes Estatutos;

c) Pratique actos lesivos dos direitos e interesses do STAL ou dos seus associados.

3.ª – A sanção de expulsão prevista no artigo anterior só pode ser aplicada em caso de grave violação de deveres fundamentais.

Â

Artigo  
22.º

Direito de defesa

Nenhuma sanção será aplicada sem que sejam dadas ao associado todas as possibilidades de defesa em adequado processo disciplinar escrito.

Â

Artigo  
23.º

Procedimento Disciplinar

1.ª – A responsabilidade disciplinar em que incorre o associado será apurada por uma Comissão de Inquérito, ou Inquiridor, nomeados pela Comissão Executiva da Direcção Nacional.

2.ª – A acção disciplinar poderá ser desencadeado a pedido de qualquer sócio ou de qualquer dos órgãos nacionais, regionais e locais do STAL.

3.ª – Quando se trate de infrações participadas por qualquer sócio à respectiva Direcção Regional, ou Comissão Executiva da Direcção Regional, aquelas deverão ser comunicadas, no prazo de cinco dias, à Comissão Executiva da Direcção Nacional, que sobre elas se pronunciará na primeira reunião que ocorrer após a tomada de conhecimento das mesmas.

§ Único - Quando se trate de infrações participadas à Direcção Nacional, ou à respectiva Comissão Executiva, deverá de imediato ser de tal informada a Comissão Executiva da Direcção Regional de origem do associado, solicitando que sobre as mesmas se pronuncie.

4.ª – O apuramento da responsabilidade disciplinar, desde o início do processo até à deliberação final, deverá respeitar o regulamento disciplinar a aprovar pela Direcção Nacional.

5 É O processo com o relatório final do inquiridor ou Comissão de Inquérito será remetido  Comissão Executiva da Direcção Nacional para decisão.

6 É A Comissão Executiva da Direcção Nacional, por sua iniciativa ou por proposta do Inquiridor ou Comissão de Inquérito, aprovadas por, pelo menos, dois terços dos seus membros, poderá suspender preventivamente o associado a quem foi instaurado o processo disciplinar.

7 É Da decisão da Comissão Executiva da Direcção Nacional cabe recurso para a Direcção Nacional, o qual será obrigatoriamente apreciado na primeira reunião, ordinária ou extraordinária, após a sua interposição, decidindo a Direcção Nacional, em última instância, sem prejuízo do disposto no n.é 2 do artigo 24..

8 É A interposição de recurso não tem efeitos suspensivos.



Artigo 24.

Competência disciplinar

1  o da competência da Comissão Executiva da Direcção Nacional a aplicação das sanções aos associados.

2  Para aplicação da sanção de expulsão, a competência cabe, em exclusivo,  Direcção Nacional, havendo sempre recurso para a Assembleia Geral, que decidirá em última instância.